



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Av. Santo Antônio - Centro - Fone/Fax: (0**49) 626 0012
CEP 89905-000 - CNPJ 01.612.528/0001-84
E-mail: bandeirante@smo.com.br

LEI Nº. 261/2002.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE – SC., A PROCEDER CONCESSÃO DE RECURSOS FINANCEIROS A ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA LINHA PRATA E ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA NOVO ENCANTADO, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina,

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, autorizado a conceder por ato próprio, à Associação de Cooperação Agrícola Linha Prata e a Associação de Cooperação Agrícola Novo Encantado, abaixo especificadas e declaradas de utilidade Pública conforme Leis n.ºs. 221 e 222 de 18 de junho de 2001, sediadas neste Ente Federado, um auxílio financeiro mensal até 31 de dezembro do corrente exercício financeiro, à conta do Crédito 08.01.20.122.0031.2022.3.3.50.42 – Auxílios; ao final de cada mês a importância fixa de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) à cada uma das Associações acima referenciadas objetivando a manutenção, coordenação e desenvolvimento dos serviços da agricultura em todos os seus níveis inclusive terceirizando outras máquinas para auxiliar nos trabalhos.

Art. 2º É obrigatório o depósito dos recursos financeiros em conta corrente individualizada e vinculada junto à Bancos Oficiais, movimentados por cheques nominais e individuais por credor

Art. 3º A entidade terá prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do recebimento dos recursos, para a devida comprovação, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 4º As despesas impugnadas pelo Executivo Municipal, serão obrigatoriamente corrigidas na forma da legislação vigente, acrescida dos juros legais e recolhidas em favor do erário municipal.

Art. 5º Os saldos não aplicados no prazo previsto nesta lei, deverão obrigatoriamente ser recolhidos em favor do Erário Municipal.

Art. 6º Ficam responsáveis pela aplicação e comprovação dos recursos recebidos, o Ordenador Primário – Presidente e o Ordenador Secundário – Tesoureiro.

Art. 7º. A prestação de contas dos recursos recebidos, será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via dentro dos prazos previstos nesta lei, instruída com os seguintes documentos:

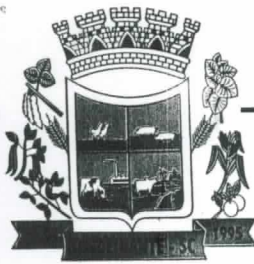
Certidão

A to

Relatório

Certifico que o presente Processo Licitatório
foi publicado no mural público desta prefeitura
municipal, de 01/02/02 até 12/03/02
conforme Lei Municipal nº 006/97 de 31/01/1997

Ana Paula Beckenkamp
Auxiliar Administrativa Responsável



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Av. Santo Antônio - Centro - Fone/Fax: (0**49) 626 0012
CEP 89905-000 - CNPJ 01.612.528/0001-84
E-mail: bandeirante@smo.com.br

- Resolução TC-16/94;
- a) Ofício encaminhando a prestação de contas;
 - b) Balancete de Prestação de Contas na modalidade da
 - c) Extrato bancário de conta especial e conciliação do saldo restante, se houver;
 - d) Fotocópia dos documentos suportes das despesas; e,
 - e) Declaração de lançamentos contábeis da entidade.

§ 1º. As cópias e/ou documentos anexos à prestação de contas da entidade, deverão estar rigorosamente legíveis, ou seja, sem rasuras ou entrelinhas.

§ 2º. As cópias e/ou documentos, parte integrantes da prestação de contas, deverão obrigatoriamente comprovar a boa e regular aplicação dos recursos, além de estarem vistados pelos Ordenadores.

Art. 8º. Fica, igualmente, o Executivo Municipal, autorizado a regulamentar por ato, se necessário for, o processo da aplicação e tomada de conta dos recursos transferidos, visando o bom emprego do dinheiro público.

Art. 9º. Na realização das despesas à conta dos recursos recebidos, observar-se-ão os ditames prescritos na Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 01 de março de 2002.

JOSÉ CARLOS BERTI
Prefeito Municipal

CLAUDIR ROQUE MOCELLIN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Certidão

A to
 Relatório
Certifico que o presente Processo Licitatório
foi publicado no mural público desta prefeitura
municipal, de 01/03/02 até 02/03/02
conforme Lei Municipal nº 006/97 de 31/01/1997

Responsável
Ana Paula Beckenkamp
Auxiliar Administrativa